

6th International
Conference of the
BRICS Initiative for
Critical Agrarian
Studies



O avanço do capital estrangeiro e o contexto da crise recente na produção de agrocombustíveis no Cerrado mineiro

Natália Lorena Campos; João Cleps Junior

(Novembro/2018)



O avanço do capital estrangeiro e o contexto da crise recente na produção de agrocombustíveis no Cerrado mineiro¹
by (Natália Lorena Campos; João Cleps Junior), Universidade Federal de Uberlândia

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília - UnB
Brasília, Brazil

Website: <http://www.unb.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil

Website: www.ufrgs.br/

Universidade Estadual Paulista - UNESP
São Paulo, Brazil

Website: www.unesp.br

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China
E-mail: yejz@cau.edu.cn
Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)
University of the Western Cape
Cape Town, South Africa
E-mail: info@plaas.org.za *Website:*
www.plaas.org.za

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands

E-mail: information@iss.nl *Website:*
www.iss.nl

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England

E-mail: info@future-agricultures.org
Website: <http://www.future-agricultures.org/>

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
- RANEPA

Moscow, Russian Federation
E-mail: information@ranepa.ru *Website:*
www.ranepa.ru

Transnational Institute
The Netherlands
E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil
E-mail:
terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

¹ Artigo referente a tese de doutorado e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Resumo

A agricultura capitalista passou por significativas mudanças ao longo dos últimos anos, o que refletiu no atual modelo produtivo, com destaque para a produção e exportação de *commodities* brasileiras. No agronegócio canavieiro, as discussões são pautadas nas implicações territoriais do avanço do setor sucroenergético sobre novos espaços e a reconfiguração de antigas áreas de produção, além de uma nova dinâmica após os anos 2000, com mudanças após a crise financeira global de 2008. Minas Gerais atualmente é o segundo maior produtor de açúcar do país e o terceiro na produção de etanol. A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba concentra 21 usinas de cerca de 35 operando (UDOP, MAPA, SIAMIG, NovaCana, 2018) que empregam cerca de 65 mil trabalhadores. Num breve retrospecto histórico, o estado tem sido palco de investimentos do setor sucroenergético concentrados na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com a instalação de novas usinas e a presença de grupos econômicos, inicialmente de origem nordestina (década de 1980) e grupos paulistas (anos 1990). Na década de 2000, acompanhando o movimento de internacionalização do setor agroindustrial nacional, tem atraído capitais externos interessados na produção de agrocombustíveis. O processo de globalização e financeirização econômica foram determinantes para a entrada de novos capitais e a crise financeira global ocorrida em 2008 afetou o setor sucroenergético brasileiro e deu maior abertura ao capital externo por meio de processos de fusões e/ou aquisições que já ocorriam entre empresas brasileiras no âmbito de fortalecer o setor, e atualmente ocorre com maior frequência entre empresas brasileiras e estrangeiras. Nesse sentido, são identificadas as empresas atuantes na região, o processo de “internacionalização” das empresas e de regionalização dos capitais. Têm sido registradas grandes alterações no preço da terra, gerando novas implicações territoriais, sobretudo à produção agropecuária de pequenos e médios produtores regionais. O uso do território para práticas capitalistas de produção tem como efeito uma valorização das terras e, conseqüentemente, concentração das mesmas nas mãos de grandes proprietários, dificultando a reprodução camponesa. O Triângulo Mineiro é uma das regiões em que as propriedades rurais estão entre as mais caras do país. Na pesquisa, foram utilizados referenciais teóricos básicos sobre o tema e a dinâmica do agronegócio sucroenergético, mapeamento das usinas e sistematização das empresas atuantes nos últimos anos, dentre elas as de capital internacional e utilizadas fontes de

dados de entidades que atuam no setor tais como, por exemplo, a SIAMIG e os portais de notícias, dentre outras. Em resultado, temos uma dimensão dos principais atores e dos atrativos do capital internacional no Brasil, com o objetivo de compreender o cenário da internacionalização do setor sucroenergético e seus efeitos na reorganização da atividade canavieira de Minas Gerais.

Palavras-chave:

Setor sucroenergético. Internacionalização. Reestruturação produtiva. Fusões/aquisições. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
F&A	Fusões e Aquisições
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
POLOCENTRO	Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODECER	Programa para o Desenvolvimento do Cerrado
SIAMIG Minas Gerais	Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia

I. Introdução

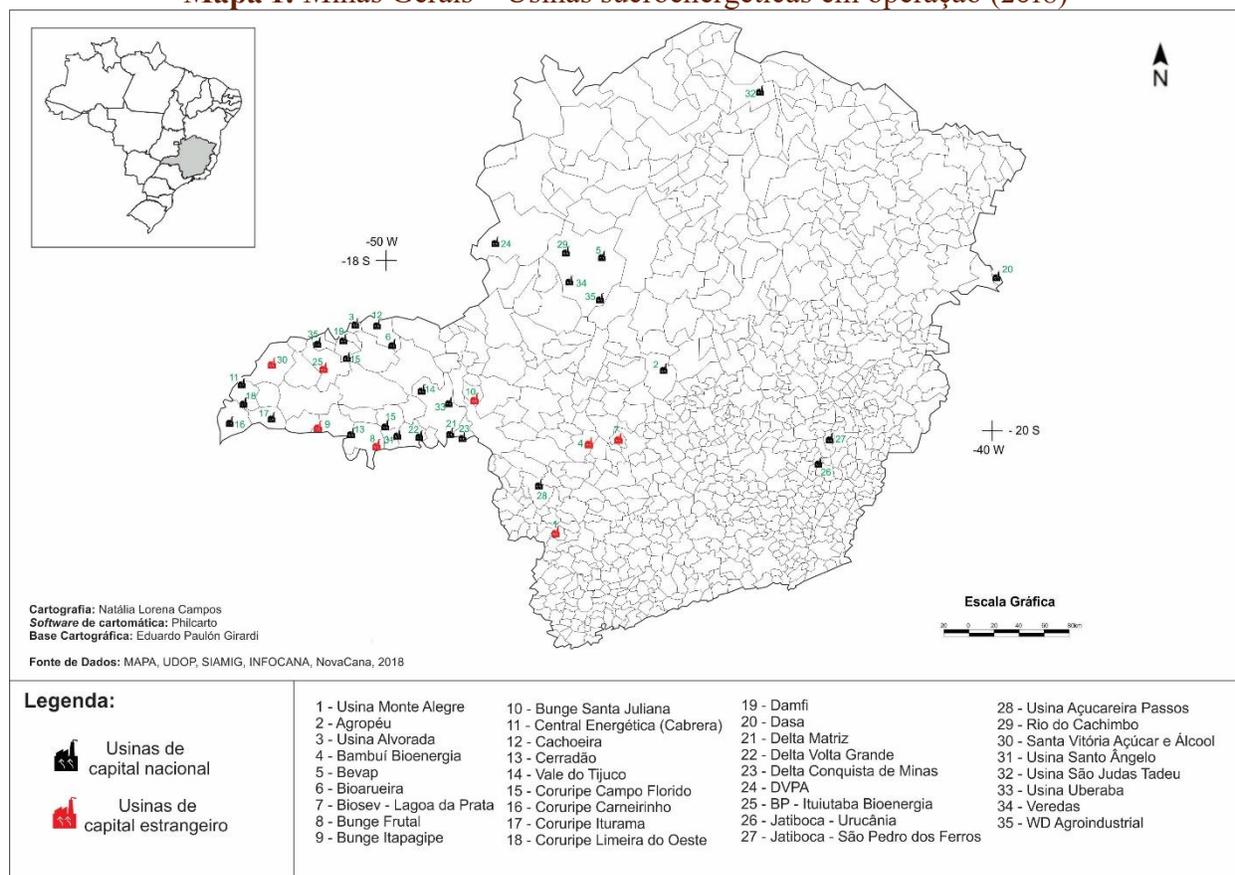
O agronegócio tem importante destaque na produção e exportação de *commodities* brasileiras, gerando críticas e discussões econômicas, políticas e ambientais. No âmbito da Geografia, essas discussões são pautadas nas implicações socioterritoriais sobre novos espaços e a reconfiguração de antigas áreas de produção. O estado de Minas Gerais tem sido palco de investimentos do setor com destaque para o setor sucroenergético, sobretudo na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com a instalação de novas usinas e a presença de grupos econômicos, inicialmente de origem nordestina (década de 1980) e grupos paulistas (anos 1990) e, mas recentemente, do capital externo a partir dos anos 2000.

A escolha do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba como área de pesquisa deu-se fundamentalmente por esta concentrar grande parte das usinas do estado, perfazendo um total de 21 usinas das 35 instaladas em Minas Gerais (Udop, MAPA, Siamig, NovaCana, 2018)², conforme mapa 1. A expansão da cultura da cana na área de estudo e como ela se territorializou no sentido de colocar o estado de Minas Gerais dentre os principais produtores de cana, de açúcar e etanol do país tem forte vinculação com o processo de reestruturação produtiva ocorrido desde finais da década de 1990 e início de 2000, período em que houve uma reorganização espacial da produção, aumentando-a e elevando o número de usinas no país. A reestruturação produtiva do setor será outro ponto de nossa discussão.

Por sua vez, a crise financeira global ocorrida em 2008 afetou significativamente o setor sucroenergético brasileiro e deu maior abertura ao capital externo por meio de processos de fusões e/ou aquisições que já ocorria entre empresas brasileiras no âmbito de fortalecer o setor, e atualmente ocorre com maior frequência entre empresas brasileiras e estrangeiras. O processo de globalização foi determinante para a entrada de novos capitais no setor, e com as crises ocorridas, grupos de diferentes regiões do país aproveitaram o momento de vantagens econômicas para adquirirem usinas no estado. Nesse sentido, neste estudo identificaremos as empresas atuantes na região apresentando a natureza dos capitais, tipos/estratégias e a abertura ao capital externo, que implicou no processo de internacionalização das empresas e territorialização dos capitais.

² Confrontação de informações de diferentes fontes que trazem o número de usinas instaladas e em operação no País.

Mapa 1: Minas Gerais – Usinas sucroenergéticas em operação (2018)



Fonte: MAPA; UDOP; SIAMIG; INFOCANA; NovaCana, 2018.

Na presente análise, são utilizados referenciais e conceitos importantes sobre a temática, envolvendo a espacialização dos empreendimentos (usinas) que permitirá identificar aquelas relacionadas ao capital estrangeiro. Outras fontes serão essenciais como as entidades que atuam no setor, por exemplo a Siamig e os portais de notícias e boletins específicos.

Assim, buscamos identificar e dimensionar os principais atores e dos atrativos do capital internacional no Brasil, com o objetivo de compreender o cenário da internacionalização do setor sucroenergético e seus efeitos na reorganização da atividade canavieira de Minas Gerais.

2. Expansão canavieira e territorialização na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)

O estado de Minas Gerais tem papel de destaque na produção de *commodities* agrícolas desde a década de 1970 no contexto da modernização tecnológica da agricultura e da Revolução Verde. A expansão da fronteira agrícola e a inserção de tecnologias avançadas no campo brasileiro, como foi o caso do Cerrado, despontasse na agricultura capitalista, sobretudo por meio de políticas de estado e incentivos por de créditos e acesso a terra promovendo a incorporação de novas áreas para a produção de *commodities* e produtos agroprocessamento. Essa expansão se deu principalmente devido aos problemas enfrentados pela região Nordeste – pioneira na produção canavieira no país, que no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) teve dificuldades com o abastecimento interno dos mercados consumidores que se concentravam na região Centro-Sul. Com a dificuldade do transporte, predominantemente marítimo, o abastecimento interno de açúcar foi prejudicado. Essa situação foi determinante para a mudança do eixo produtivo da cana-de-açúcar do Nordeste para o Centro-Sul, criando condições para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importavam de outras, basicamente do Nordeste. E foi essa expansão dos anos da Segunda Guerra que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os Estados do sudeste do Brasil, uma transferência que só chegou a se completar de fato na década de 1950, mas que já podia ser percebida ao término do conflito. (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991, p. 59).

Os problemas enfrentados pela região Nordeste no transporte devido a condição de guerra e a dificuldade na produção de um açúcar de qualidade contribuíram para a migração do eixo produtivo, fazendo com que os empresários mais capitalizados direcionassem seu capital para o Centro-Sul do país. Segundo Andrade (2001), a existência de um forte centro de consumo na região Sudeste e a proximidade com o mercado platino foram as condições que atraíram a produção canavieira para o Centro-Sul. Além disso, o maior poder político dos estados do Sudeste diminuiu a influência política e econômica do Nordeste desde os meados do século XIX, deve-se considerar ainda a introdução e a evolução de tecnologias como a difusão do uso da irrigação dos canaviais (ANDRADE, 2001, p. 269-270).

A década de 1970 foi ainda marcada por profundas mudanças no setor sucroenergético brasileiro. Com a elevação dos preços do petróleo após 1973, iniciou-se a crise no setor energético

nacional, principalmente pela queda do preço do açúcar no mercado internacional devido ao aumento da produção mundial e o fim do mercado preferencial Norte-Americano (BRAY, 1983, p. 1). Esses fatores (crise do petróleo e crise açucareira) fizeram com que o governo tomasse medidas em relação ao futuro do setor sucroenergético, além da pressão dos usineiros junto ao governo federal, resultando na criação do Programa Nacional do Álcool – Proálcool. A implantação do Proálcool veio como forma de solucionar os problemas do setor. Criado como um programa federal, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da Comissão Executiva Nacional do Álcool – CENAL, seu objetivo foi o de aumentar a produção de safras e a capacidade industrial de transformação, visando a obtenção de álcool para substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico.

Com a criação do Proálcool, as usinas dispuseram de recursos para ampliar as suas atividades industriais, expandindo a cultura da cana até por áreas ecologicamente pouco favoráveis. Surgiram destilarias autônomas, desvinculadas de usinas. As destilarias governamentais foram desativadas a fim de fortalecer as atividades de grupos econômicos privados. No período de domínio do governo militar, a agroindústria continuou a se expandir graças aos subsídios concedidos. (ANDRADE, 2001, p. 274).

O Proálcool foi uma política importante para a expansão do setor sucroenergético e durante os anos 1980/90 foi diversas vezes reformulado, a fim de manter a produção e o consumo do álcool. Durante o período marcado pelo Segundo Choque do Petróleo (1979), os incentivos para a produção de álcool e a compra de carros movidos a esse combustível foram intensificados. Nessa fase, houve um crescimento de unidades instaladas no Oeste e Nordeste de São Paulo, em Goiás e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, modificando a forma de produzir e de consumir nestes espaços. “Entre 1981 e 1985 foram implantadas novas destilarias, principalmente em regiões que eram marcadas pela presença de latifúndios com pecuária extensiva de corte no estado de São Paulo” (VEIGA FILHO; RAMOS, 2006, p. 50).

Durante a década de 1990 foram adotadas medidas liberalizantes concretizando o processo de desregulamentação do setor, com a ausência gradativa do Estado do centro das decisões, deixando-as nas mãos da iniciativa privada, conforme aponta Pereira (2007, p. 59). Tais fatores culminaram em mudanças na forma de comercialização e no estabelecimento dos preços do álcool, além da perda da credibilidade dos carros movidos a álcool e no consumo do produto. A estagnação do setor foi consequência da ausência de políticas públicas específicas para o mesmo.

Em uma fase de organização, o Estado tratou de criar entidades de regulação para fiscalizar as atividades do setor canavieiro, bem como garantir sua representação no governo.

Com a desregulamentação e liberalização dos preços a partir de 1995 surgiram novas distribuidoras de pequeno e médio porte, aumentando o grau de concorrência neste mercado. Dentre essas distribuidoras destacam-se os grandes grupos, alguns de origem familiar, presentes, principalmente, no Centro-Sul, como Copersucar, Crystalsev, Cosan, São Martinho, Irmãos Biagi, João Lyra, Tércio Wanderley, Nova América e Carlos Lyra. Alguns desses grupos estão presentes em Minas Gerais, destacando-se na produção canavieira.

Em Minas Gerais, por exemplo, a ação de políticas focadas no desenvolvimento agropecuário regional e a expansão da fronteira agrícola nas áreas do Cerrado favoreceu o desenvolvimento da agricultura moderna (e conservadora), sobretudo na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Importantes programas para o desenvolvimento das áreas agrícolas do Cerrado foram criados pelo Estado, alcançando o Triângulo Mineiro e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi um dos primeiros com objetivo de subsidiar a agropecuária a partir de investimentos em insumos agrícolas e mecanização na década de 1960. Com o crédito agrícola, surgiram várias empresas agrícolas e núcleos de colonização.

Outros programas governamentais foram fundamentais para a ocupação e o desenvolvimento de uma agricultura tecnificada no Cerrado, com significativa repercussão do que atualmente visualizamos na paisagem dessas regiões. O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI foi criado em 1972 Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O PCI “visava conceder crédito subsidiado para custeio e investimento para ampliar a produção e melhorar a produtividade das lavouras, principalmente nas médias e grandes propriedades, a partir do desenvolvimento de projetos com uso de inovações tecnológicas”

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP, implantado pelo Governo Estadual em 1973, constituindo no primeiro programa de exploração intensiva cuja finalidade era a de implantar núcleos de colonização em alguns municípios (São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos) por famílias provenientes do Sul e Sudeste do País, com acúmulo e experiência prévia na atividade agropecuária.

O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO, criado em 1975, foi bastante significativo e precursor para a região, pois acelerou o processo de transformação espacial das regiões atingidas com investimentos em infraestrutura, pesquisas agropecuárias e

crédito, especializando a região atingida. O programa foi criado pelo Governo Federal a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) e teve com o objetivo a ocupação de áreas do Cerrado. A meta do POLOCENTRO era “incorporar em cinco anos 3,7 milhões de hectares dos Cerrados, dos quais 1,8 milhões de hectares com lavouras, 1,2 milhões de hectares com pecuária e 700 mil com reflorestamento” PESSÔA (1988, p. 106). Além disso, foram destinados recursos da ordem de US\$ 868 milhões distribuídos no setor de transporte, pesquisa e agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural no período de 1975 a junho de 1984. O POLOCENTRO teve atuação nos estados de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Ainda de acordo com Pessôa (1988), a experiência do PADAP representou o ponto de partida para o POLOCENTRO, “o impulso fundamental para o grande desenvolvimento da agricultura empresarial no Cerrado, na última década de 1970, além de preparar as bases para a consolidação do Projeto Cerrado (PRODECER)” (PESSÔA, 1988, p. 106).

O Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER foi implementado em 1978, financiado pela Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional – JICA. Ele incentivou a colonização e usos agrícolas do Cerrado com formas de crédito supervisionado, empréstimos fundiários e de coberturas de despesas operacionais.

Os investimentos nas áreas de Cerrado por meio desses programas intensificaram a concentração fundiária e a luta pela terra, além de não ter ocorrido de forma igualitária em todos os municípios do Triângulo Mineiro. Foram contemplados municípios que já possuíam infraestrutura e condições ambientais propícias à implantação da agricultura de exportação. O espaço agrícola regional, sobretudo representado pelas áreas fora inicialmente ocupadas pelo cultivo de grãos e pela pecuária, passam a concorrer, mais recentemente, com as lavouras canavieiras.

Outro fator determinante para a presença da atividade agroindustrial canavieira no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi a forte crise enfrentada pelo setor sucroenergético nos anos 1990. Várias empresas encerraram suas atividades, “tanto por conta da descapitalização dos grupos controladores como pela transferência dos investimentos para o Centro-Sul, especialmente para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul” (OLIVEIRA, 2009, p. 197).

Em meio à crise enfrentada pelo setor, os principais grupos tradicionais e capitalizados da região Nordeste direcionaram parte do seu capital acumulado para o Centro-Sul, adquirindo novas

terras, construindo usinas, adquirindo unidades já implantadas ou transplantando suas unidades nordestinas. Como exemplo, tivemos a presença de grupos como João Lyra, Carlos Lyra, João Tenório, Tércio Wanderley, Toledo dentre outros. O que se verificou no decorrer do processo foi a transferência de capital e *know-how* dos grupos tradicionais nordestinos para essa nova fronteira agrícola de expansão, constituindo redes do agronegócio (CAMPOS, 2012). Vale ressaltar que apenas os grupos mais capitalizados, considerados de grande porte, conseguiram se manter investindo em práticas de irrigação, viabilizando a produtividade diante desse cenário de crise, no qual algumas usinas faliram.

Os principais grupos nordestinos que migraram para o estado de Minas Gerais originam-se em grande parte de Alagoas, assim como a mão de obra migrante que veio para trabalhar nas lavouras no início da expansão, que ocorreu nos anos 1980 e perdurou até meados da década de 2000. Da fase de desregulamentação do setor ocorrida na década de 1980, na qual a intervenção estatal não era mais dominante e os subsídios às usinas foram cortados, o setor sucroenergético precisou se reestruturar e buscar outros investimentos na década seguinte. Assim, o ano de 1995 foi marcado pelo início da fase de desregulamentação do mercado brasileiro de açúcar e álcool, teve início os investimentos estrangeiros na atividade canavieira no Brasil.

Depois de relativa estabilidade – e recebendo inclusive novos investimentos nos anos 1990, como é o caso de capitais de tradicionais usineiros da região Nordeste do país – e dos novos estímulos dos anos 2000 – marcados pelo apelo ambientalista aos “combustíveis renováveis”, as possibilidades de exportação de etanol, a consolidação de uma frota bicombustível no país, além de fartos créditos de exportação do BNDES para novos empreendimentos –, a produção do agora denominado etanol é revalorizada e aumenta extraordinariamente. (PEREIRA, 2015, p. 78).

Na década de 1990 tivemos como principal responsável pelo crescimento da atividade canavieira durante os desembolsos financeiros do BNDES para o setor. O Brasil passava por uma reestruturação econômica, produtiva, política, institucional e social que, de acordo com Borges (2015), impactou na competitividade das empresas através de um ideário neoliberal adotado no país diminuindo o caráter regulador e protecionista do Estado. O setor sucroenergético deixa de ser coordenado pelo Estado para depender das decisões e ações do agente privado, agroindústria canavieira que busca competitividade.

[...] para viabilizar as ações promotoras da competitividade e da expansão do setor e das empresas, torna-se mais evidente a necessidade de recursos financeiros. Assim, tem-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como o principal viabilizador, visto que é o principal credor de recursos financeiros de longo prazo no país. (BORGES, 2015, p. 93).

Neste contexto que o BNDES se coloca como principal ofertante de recursos de longo prazo em moeda nacional. Como exemplo, parte dos recursos ofertados pelo BNDES entre 2001 e 2008 foi para aquisição de máquinas agrícolas; capital de giro; capitalização institucional financeira; cartão BNDES; desenvolvimento de mercado de capitais; desenvolvimento social; desenvolvimento tecnológico; expansão produtiva; financiamento de compra de máquinas e serviços; implantação de unidades produtivas; meio ambiente; modernização; pós-embarque; pré-embarque; racionalização; reestruturação social; refinanciamento; re-localização; social corporativo, no qual “92,7% do total dos recursos desembolsados foram para expansão produtiva, implantação de unidades produtivas e financiamento de compra de máquinas e serviços”. (BORGES, 2015, p. 94).

Essas ações alavancaram o aumento da produção canavieira em novas fronteiras agrícolas do Cerrado durante as décadas de 1990 e 2000.

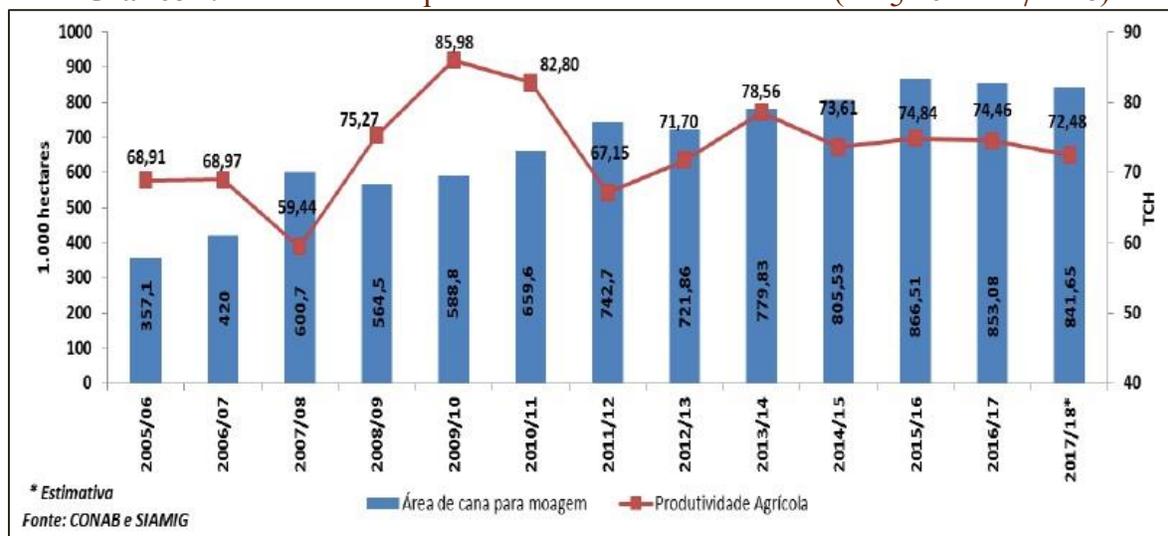
A partir de 1995 vem ocorrendo um processo de desconcentração regional do agronegócio brasileiro, principalmente com a expansão para as regiões de fronteira agrícola, ocasionando uma mudança interna das regiões, com a ocupação das terras de Cerrado, seja o de Minas Gerais, do oeste da Bahia, do sul do Maranhão ou do Brasil Central. Essa ocupação dos Cerrados, em parte, vem como decorrência do abandono da plantação em regiões tradicionais. (CLEPS JUNIOR, 2015, p. 5).

Portanto, verificamos que o avanço da produção canavieira ocorrido na década de 1990 e início da década de 2000 é decorrente da migração dos capitais nordestinos e paulistas, das políticas de financiamento e expansão do setor via BNDES, da substituição da produção agrícola regional pelo agronegócio, no qual o agronegócio canavieiro se ampara numa política energética e de produção de combustível renovável.

3. Crise financeira global de 2008, fusões e/ou aquisições e a consolidação do capital externo na região

O ano de 2008 foi marcado por uma forte crise mundial que afetou a economia do setor canavieiro. Por outro lado, outros fatores junto à crise corroboraram com o enfraquecimento do setor. Condições climáticas com chuvas elevadas alternando com períodos de seca, contratemplos econômicos e financeiros e ausência de uma política setorial direcionada fizeram com que muitas usinas e produtores quebrassem. Muitas usinas tiveram grandes perdas cambiais e aumentaram o seu endividamento. Descapitalizadas, a saída encontrada por elas foi reestruturar-se financeira e societariamente. Alguns efeitos foram observados no setor sucroenergético, como: a) escassez de financiamentos internos e externos; b) elevado custo financeiro dos recursos para investimentos; c) perdas cambiais e elevado endividamento de algumas usinas e; d) diminuição das exportações de etanol em função da retração da demanda no exterior (GOES; MARRA, 2009, p. 3).

Gráfico 1: Área de cana e produtividade em Minas Gerais (2005/06 – 2017/2018)



Analisando o gráfico 1, notamos no período uma queda na produtividade da cana-de-açúcar no estado e uma diminuição da área de cana nos anos posteriores, voltando a uma expansão em 2011.

Como estratégia para enfrentar a crise, as empresas iniciaram processos de fusões e/ou aquisições nos segmentos agroindustriais, sobretudo no setor sucroenergético. Macêdo (2007) indica que houve dois ciclos de F&A na agroindústria canavieira. O primeiro (1999 a 2001) ocorreu após a fase de retração do setor devido a desregulamentação em 1999 e descapitalização de diversas usinas. Os grupos melhor estruturados compraram as usinas que se encontravam mais endividadas e sem condições de continuar atuando no setor e de expandir a produção. O segundo

ciclo teve início em 2007, em que algumas empresas conseguiram enfrentar a crise econômica adotando estratégias de fusões e aquisições. Foi no auge do segundo ciclo que se observou um grande interesse de grupos internacionais no setor sucroenergético brasileiro. Com a abertura do capital para novos investimentos, outros grupos, sobretudo estrangeiros passaram a investir no setor sucroenergético brasileiro, tornando-se acionistas das empresas brasileiras.

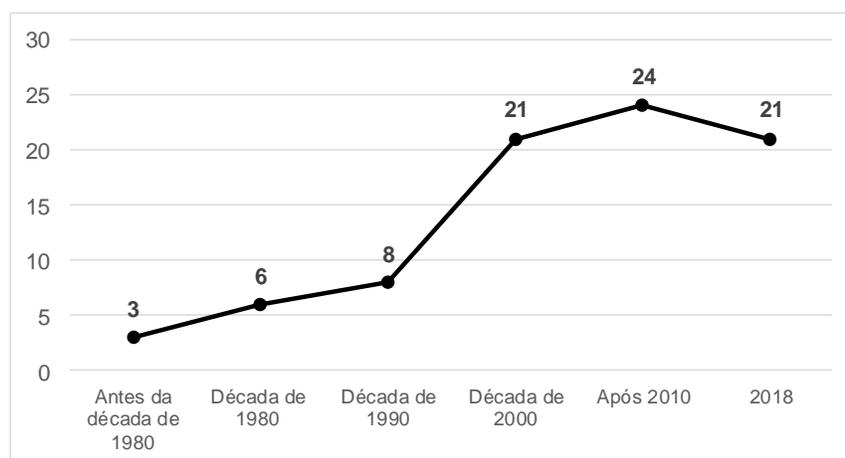
A crise de 2008 potencializou esse movimento em razão da escassez de crédito e endividamento de grupos nacionais, favorecendo dessa forma a estratégia de adquirir usinas já estabelecidas (brownfields) em detrimento da instalação de novas unidades de produção (greenfields). Naquele momento, ficou mais atrativo investir na aquisição de grupos endividados do que ampliar a capacidade de produção pela construção de novas usinas. (MACÊDO, 2011, p. 43).

Segundo dados da KPMG (2008), 88 transações de F&A ocorreram no Brasil entre 1995 a 2007, sendo 59 no estado de São Paulo, 6 em Minas Gerais, 5 no Mato Grosso do Sul e 3 em Goiás.

O grande aumento de F&A em 2000, em relação a 1999, pode ser explicado em razão: da desregulamentação do setor, da liberalização do fluxo de capital estrangeiro, e da queda dos preços internacionais, em 1999, o que favorece a diminuição do valor das usinas. No ano de 2000, houve 7 F&A, sendo uma delas realizada pelo o grupo Louis Dreyfus, operação que marca a entrada de grupos estrangeiros no setor, com a compra da Usina Cresciunial, Leme-SP [...]. (BORGES; COSTA, 2009, p. 9).

O atual cenário em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pós crise econômica e internacionalização do setor é de precaução nos investimentos e retração de projetos de expansão e instalação de novas unidades. O gráfico 2 mostra a evolução no número de usinas na mesorregião, que em determinado período na década de 2010 alcançou o número de 24 unidades instaladas, e atualmente conta com 21 unidades em operação.

Gráfico 2: Variação do número de usinas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (1980-2018)



Fonte: Udop, MAPA, NovaCana, 2018.
Org.: CAMPOS, N. L., 2018.

Segundo dados da Siamig³, o estado de Minas Gerais já chegou a ter 45 usinas em operação, mas a partir de 2009, devido à crise, 11 unidades encerraram suas operações. *“Destas 11, duas vão retomar suas atividades a partir de 2020, que são usina Canápolis e usina CRV Minas – Grupo Japungu, que adquiram usinas do grupo João Lyra”*. (SIAMIG, 2018).

Após um período crescente de produção e instalação de usinas no país, a crise financeira global afetou diretamente o setor trazendo dificuldades para diversos grupos continuarem operando e ainda expandindo, como era a intenção de muitos, marcando uma nova fase de descapitalização, falências e fechamento de usinas no país. Desde 2008 são registrados fechamentos de usinas e o ápice ocorre nos anos de 2011, 2012 e 2013. Já a partir de 2012 houve também um movimento contrário, com a reativação de algumas usinas. Tal fator deve-se a uma pequena recuperação do setor, mas principalmente à inserção dos grupos estrangeiros. Em 2015 foram reativadas 7 usinas e a tendência é a reativação de outras unidades por meio de compra, como vêm ocorrendo, inclusive na área de estudo.

Assim, o cenário e as políticas recentes conduzem a elevação da produção do etanol a uma nova matriz energética em substituição ao petróleo por meio da cogeração de energia e a conquista do mercado internacional, essas têm sido as principais metas do setor sucroenergético brasileiro, que busca se reestruturar, sobretudo, com os investimentos estrangeiros.

³ Entrevista realizada em pesquisa de campo com a Siamig, julho de 2018.

4. A internacionalização do setor sucroenergético em Minas Gerais

As transformações capitalistas no campo brasileiro unificaram o capital industrial ao capital financeiro, o proprietário de terras e o capitalista da agricultura em uma só figura, empresa ou nome. Como exemplo disso, temos a fusão da produção de cana-de-açúcar com as usinas de açúcar ou destilarias de álcool, nas quais a industrialização e a agricultura são etapas de um mesmo processo. Diante a desregulamentação do setor sucroenergético ocorrido na década de 1980, onde a intervenção estatal era dominante e os subsídios às usinas foram cortados, o setor precisou se reestruturar e buscar novos investimentos. O ano de 1995 foi marcado pelo início da desregulamentação do mercado brasileiro de açúcar e álcool, promovendo processos de fusões e aquisições de empresas, tendo início os investimentos estrangeiros na atividade canavieira no Brasil.

A internacionalização do setor sucroenergético ocorre com mais intensidade a partir dos anos 2000, período em que o país estava passando por uma profunda e acelerada internacionalização de seus ativos e da produção (BENETTI, 2008). Em Minas Gerais, esse fato teve mais repercussão e intensificação a partir da crise financeira de 2008, momento em que se acentua o processo de internacionalização de capitais nas agroindústrias canavieiras.

A entrada dessas novas empresas foi facilitada pela crise mundial deflagrada em 2008, cujas consequências desestruturaram a organização do setor e impactaram diretamente a gestão e operação das usinas. As dificuldades estão relacionadas, principalmente, a: escassez de financiamento; elevado custo financeiro para investimentos; perdas cambiais e elevado endividamento de algumas usinas, principalmente daquelas que apostaram na grande demanda de etanol prevista em anos anteriores; e a diminuição das exportações de etanol em função da retração da demanda externa (VENCOVSKY, 2013, p. 52 apud GOES & MARRA, 2009; e CASTRO & DANTAS, 2009).

Como saída, o setor buscou uma reestruturação financeira e societária. O papel do capital financeiro e das empresas multinacionais no agronegócio canavieiro ajudou o setor a enfrentar a crise. O Grupo Cosan é um exemplo de grupo que buscou a captação de recursos do mercado financeiro, além da presença de grupos estrangeiros como a British Petroleum (BP), a Archer Daniels Midland (ADM) e a Bunge. Neste processo, “a atuação dos fundos de investimento no

setor ocorre tanto através da aquisição completa de usinas quanto da associação ou fusão” (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2012, p. 38).

Segundo Relatório de Direitos Humanos (2012), a crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e, aparentemente, está relacionada com a busca por investimentos tidos como “saudáveis”, considerando-se uma suposta estabilidade no mercado de terras no Brasil. Porém, o movimento de concentração de capitais decorre da própria crise econômica mundial.

Com a crise, o setor precisou se reorganizar e buscar no planejamento estratégico setorial uma visão de longo prazo que determinasse as competências essenciais que mereçam investimentos. Algumas medidas foram criadas pelo Estado a fim de superar a crise financeira, como a “fusão de grupos empresariais, visando à capitalização e o escalonamento das dívidas num horizonte de longo prazo já está acontecendo entre grupos nacionais estrangeiros” (GOES; MARRA, 2009, p. 4). O momento de crise enfrentado pelo setor sucroenergético fez com que atraísse a atenção de investidores externos que estão altamente interessados e apostando na expansão internacional do etanol e que o setor sucroenergético vive um momento atípico.

Diante das crises ocorridas no setor na década de 2000, identificamos três fases recentes da expansão canavieira que criaram um ambiente favorável à consolidação do setor sucroenergético. “A primeira fase, com início no final de 2006, foi a das aquisições e fusões entre grupos tradicionais do setor sucroalcooleiro”. A segunda onda foi observada com as *tradings companies* investindo em grupos que sofreram com a crise de liquidez de 2008. Nessa fase foi verificada a mudança de estratégia de algumas empresas, redirecionando capital para a produção de açúcar e etanol em detrimento de outras operações consideradas tradicionais. A terceira fase, no período atual, é a das empresas de energia investindo em unidades produtoras de etanol e energia elétrica. Certamente, esse movimento vai alterar fortemente a atual estrutura da indústria (CLEPS JUNIOR, 2015).

Alguns fatores concorrem para este processo de internacionalização do capital. Entre eles, a redução de crédito para o setor fez com que ocorressem fusões e a internacionalização do setor a fim de suprir o aumento na demanda doméstica pelo etanol. Além das fusões entre empresas nacionais, as de capital estrangeiro estão investindo cada vez mais no setor sucroenergético brasileiro, concomitantemente na aquisição de terras.

A participação do capital estrangeiro nas unidades produtivas da agroindústria canavieira de Minas Gerais tem o processo de expansão a partir do final da década de 1990 (em particular a partir de meados desta primeira década do século XXI), seja no comando ou com participação acionária nas empresas do setor, com destaque para grupos americanos, ingleses, franceses e argentinos. O primeiro grupo a se instalar no estado foi o Louis Dreyfus Company com a aquisição da usina em Lagoa da Prata. Entre 2001 e 2017 diversas transformações ocorreram no estado, em que grupos estrangeiros iniciaram e encerraram suas atividades. O quadro 1 apresenta os grupos que atualmente encontram-se em Minas Gerais.

Quadro 1: Presença do capital estrangeiro na aquisição de unidades em Minas Gerais

GRUPO INVESTIDOR	USINA	MUNICÍPIO	PART. ACIONÁRIA (%)
Adecoagro (EUA/Argentina)	Monte Alegre	Monte Belo	100
Bunge (Holanda)	Frutal Itapagipe Santa Juliana	Frutal Itapagipe Santa Juliana	100
Louis Dreyfus Commodities (LDC), Biosev - Santa Elisa Vale (França)	BIOSEV – Lagoa da Prata	Lagoa da Prata	100
British Petroleum (BP Biofuels – Inglaterra)	Ituiutaba	Ituiutaba	100
Dow Chemical Company (EUA)	Santa Vitória	Santa Vitória	100

Fonte: Relatório Econômico – SIAMIG, 2009 – atualizado pela autora, 2018.

Org.: CAMPOS, N. L., 2018.

Dos grupos descritos no quadro 1, três estão presentes na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Bunge, British Petroleum e Dow Chemical, totalizando 5 usinas estrangeiras. Eles estão presentes também nos estados como Mato Grosso do Sul (Adecoagro e Bunge); Goiás (BP); São Paulo e Tocantins (Bunge). Empresas como Archer Daniels Midland (ADM) e Infinity Bio Energy tiveram atuação em Minas Gerais por um curto tempo. A ADM implantou a usina Cabrera Energética no município de Limeira do Oeste em parceria com o ex-ministro da Agricultura do Brasil, Antônio Cabrera. A unidade integrava um projeto maior de construção de duas outras usinas, que nunca saíram do papel. A usina teve venda anunciada em março de 2016, para a CMAA. As transações foram concluídas em julho de 2016, após a aprovação pelos órgãos reguladores. (Fonte: NovaCana). O grupo Infinity Bio criado em 2006 sofreu com

os efeitos da crise financeira tendo diversas usinas fechadas no país, dentre elas, duas unidades em Minas Gerais que estavam em recuperação judicial desde 2008. Em 2017 foi decretada a falência do grupo.

Desde a década de 2000 vivenciamos um crescimento na inserção dos grupos estrangeiros no setor sucroenergético, no qual os grupos passaram a atuar no estado com a fusão e/ou aquisição de unidades mineiras. Segundo a SIAMIG (2011), a participação estrangeira correspondia a 20% da produção, em torno de 10 milhões de toneladas de cana. A internacionalização do setor sucroenergético corresponde aos esforços dos grupos empresariais e do Estado de consolidar o etanol nos mercados globalizados via exportação, modificando as estruturas do setor canavieiro (tradicionalmente controlado por empresas familiares) e expandindo suas redes de influência.

O capital internacional em Minas Gerais se instala nos ramos de infraestrutura e de *commodity* agrícola-energética e se constitui a partir da construção e aquisição de usinas, compra de terras e controle da tecnologia, bem como a expansão de redes transnacionais (AFES, 2009, p. 33). No entanto, as restrições de crédito ocasionadas pela crise financeira favoreceram as fusões e internacionalização do setor, e como tendência, as usinas de pequeno e médio porte foram compradas pelas maiores. Segundo Vencovsky (2013), essas empresas possuem operação em quase todas as regiões do país, atuando em fábricas de insumos, indústrias esmagadoras, terminais aquaviários, ferroviários e portuários, usinas de açúcar e etanol, dutos, ferrovias e empresas transportadoras, além de propriedades agrícolas. O autor discute que a atuação dessas empresas, “seus investimentos, relações técnicas e políticas, e fluxos de produtos, informações e recursos financeiros, permite compreender a própria organização e uso do território nacional” (VENCOVSKY, 2013 p. 53).

Além disso,

Nos últimos anos, diversas outras empresas internacionais, com destaque para as grandes tradings e grupos asiáticos, realizaram investimentos importantes no setor. Atualmente, já são mais de 20 conglomerados internacionais que comandam ou têm participação acionária nas empresas do setor. Isso sem contar a participação estrangeira nas três empresas que possuem capital aberto na BM&FBovespa. [...] A tendência atual é a ampliação da participação do capital estrangeiro nas usinas brasileiras. Diversos *greenfields* com participação estrangeira estão em fase de construção. O interesse estrangeiro é real e terá um grande papel na consolidação do setor (SIAMIG/SINDAÇÚCAR-MG, 2009, p. 1).

Com a substituição do Estado pelo mercado na regulamentação do setor, “a garantia ou obtenção de competitividade e eficiência econômica requereu ações e transformações que alteraram a estrutura de mercado das empresas e a dinâmica de atuação do setor” (BORGES; COSTA, 2009, p. 4). A presença do capital estrangeiro é vista com grande expectativa pelo setor sucroenergético e Estado, que afirmam que esse processo deverá gerar um suporte adicional ao etanol e ao açúcar brasileiro no mercado mundial. Na presente década, de acordo com as análises do setor, “o Brasil poderá deixar de ser o produtor mais eficiente de um produto até então consumido por poucos para ser o mais eficiente na produção de um produto que será consumido por parte significativa da população mundial” (portal Datagro, 2010).

Podemos afirmar que a internacionalização do setor é vista com um novo incentivo para os empresários do agronegócio canavieiro, pois injetou investimentos que evitaram a quebra de grandes usinas e ainda trouxe um novo aparato tecnológico. Porém, como aponta Guimarães (2000), a presença de empresas estrangeiras inibe o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

A empresa nacional, pela sua dimensão, pelo custo mais baixo da tecnologia importada, e pelo escasso apoio estatal à pesquisa privada, tende a investir pouco em pesquisa tecnológica enquanto o Estado periférico dedica, direta ou indiretamente, valores absolutos reduzidos, e que correspondem a pequena parcela dos recursos à sua disposição, a programas de ciência e tecnologia. Sem dúvida, as grandes empresas multinacionais são as maiores investidoras privadas em programas de ciência e tecnologia, dos quais surgem as inovações que reduzem seus custos, criam novos produtos, geram lucros extraordinários e permitem sua acelerada expansão em nível mundial (GUIMARÃES, 2000, p. 149).

O autor ainda traz outras importantes questões em relação à presença de empresas estrangeiras e a ameaça ao emprego no país. Para ele, à medida que as empresas estrangeiras no Brasil levantam recursos junto a bancos públicos ou privados brasileiros, isto é, mobilizam a poupança nacional para financiar seus investimentos, esta passa a contribuir para a remessa para o exterior de parte do total de lucros gerados na economia e, portanto, para a redução da taxa de expansão da capacidade instalada e do emprego no país. O investimento direto estrangeiro, por meio de aquisição de empresa brasileira e a modernização de seus equipamentos, podem conduzir à redução do emprego.

A presença do capital internacional tem alterado diversas estruturas do sistema agropecuário brasileiro, principalmente na produção de algumas *commodities*. Quanto mais cresce a produção de *commodities* no país, cresce também a demanda por terras na expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, um aumento dos confrontos territoriais. Segundo Sauer (2011, p. 16), “apesar de não ser um fenômeno inédito, o campo brasileiro está vivenciando um novo ciclo de expansão do capital, resultando no avanço das fronteiras, alta dos preços das terras e acirramento dos conflitos fundiários e territoriais”.

A expansão canavieira em Minas Gerais tem ocasionado um impacto no mercado fundiário, sobretudo na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba onde as terras foram altamente valorizadas devido aos investimentos agroindustriais. A capacidade produtiva da terra é o principal argumento do aumento do preço no estado, além do crescimento contínuo da demanda por alimentos e matérias-primas agropecuárias no mundo, que sustentou a valorização nos últimos 10 anos.

No Alto Paranaíba (região de Araxá), Sul de Minas (região de Pouso Alegre) e Triângulo (região de Uberlândia) estão as terras de lavouras mais caras do Estado (com preço médio de R\$ 20.291,75 na primeira, R\$ 16.506,60 na segunda região e R\$ 16,404,37 na terceira). (RURALBR, 2014).

Sauer (2011) destaca que o crescimento da produção agrícola e, conseqüentemente, das demandas e transações de compra de terras, concentra-se na expansão de oito *commodities*, sendo elas: milho, soja, cana-de-açúcar, arroz, dendê (óleo), canola, girassol e floresta plantada. Destaca que a participação brasileira se dá fundamentalmente nos três primeiros produtos, segundo o Banco Mundial (2010). Esse crescimento está diretamente vinculado à produção de matérias-primas para os agrocombustíveis em função da crescente procura por fontes alternativas de energia (SAUER, 2011, p. 16). O autor aponta que parte significativa dos investimentos estrangeiros no Brasil, inclusive na compra de terras, são financiados com recursos públicos, especialmente oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) e estão sendo destinados principalmente à expansão do cultivo de cana, para a produção de etanol (no Cerrado de Goiás, Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro) e da soja (região conhecida como MATOPIBA, mas também em partes da Região Amazônica), bem como à extração de minérios e madeira (especialmente na Região Amazônica) (SAUER, 2011, p. 17).

No início do ano de 2014 foi registrada uma diminuição na valorização das terras brasileiras. Tal fator ocorreu devido à uma perspectiva de menor rentabilidade das principais culturas, como o milho e a soja. Essas terras deixaram de se valorizar, mas não perderam seu valor, ou seja, mantiveram-se em alta em termos comparativos regionais. Mesmo com esfriamento dos negócios, a alta foi de 8% em 12 meses. Justifica-se a relativa queda de preço pela crise setorial de alguns produtos como o café, a cana-de-açúcar e a laranja, e a redução das cotações dos grãos em relação aos últimos anos (Agrianual, 2015, p. 33).

Mesmo diante este cenário a região Centro-Oeste foi uma das que teve maior valorização média, com maiores amplitudes de variação no Nordeste e Norte da região. Na região Norte do país o aumento foi justificado pela expansão das lavouras de grãos e os investimentos em infraestrutura de escoamento da produção. No Nordeste a expectativa de alta se relaciona ao regime de chuvas considerado favorável em 2015. Na região Sudeste a valorização média diminuiu em consequência do arrefecimento dos preços das terras com canaviais. As áreas com cafezais tiveram queda mais acentuada em razão da crise. A expansão de culturas como hortaliças, frutas e grãos tem valorizado algumas terras na região, particularmente onde há concorrência de culturas. Já a região Sul tem sua valorização decorrente da facilidade de escoamento da produção para mercados interno e externo (Agrianual, 2015, p. 34).

O maior destaque foi para a região conhecida como MATOPIBA (área de Cerrado que corresponde ao sul do Maranhão e Piauí, o oeste da Bahia e o leste do Tocantins). O preço médio do hectare das áreas de grãos teve uma alta de 11,3% (Agrianual, 2015, p. 34). A tabela 1 mostra a valorização das terras por categoria de uso do solo em 2011/13/14.

Tabela 1: Valorização das terras brasileiras por categoria de uso do solo (2011 a 2014)

Tipo de uso	Jul-Ago/11 (R\$/ha)	Jul-Ago/13 (R\$/ha)	Mai-Jun/14 (R\$/ha)	36 meses (%)	12 meses (%)
Matas	998	1.370	1.907	91	39
Cerrado	1.779	2.652	3.265	84	23
Caatinga	379	481	677	79	41
Grãos	11.438	17.369	19.765	73	14
Pastagem	4.119	5.928	7.013	70	18
Cana	12.550	17.261	18.600	48	8
Café	11.664	15.964	15.939	37	0
Reflorestamento	6.611	8.370	9.770	48	17
Brasil	5.845	8.388	9.618	56	15

Fonte: Anuário da Agricultura Brasileira, 2015.
Org.: CAMPOS, N. L., 2018.

Mesmo com um esfriamento registrado na valorização das terras brasileiras, as áreas com dupla aptidão têm-se valorizado mais. “São pastos que podem ser convertidos em lavouras de grãos com investimento relativamente pequeno” (Agriannual, 2015, p. 33). Na análise, percebeu-se que a distinção de preço entre áreas de agricultura e de pecuária está desaparecendo, sobretudo no caso de pastagens de alto suporte. O tipo de solo, a topografia, o acesso a água e a infraestrutura logística são os principais determinantes da valorização do preço de terras.

As terras destinadas a cultura da cana tiveram alta de 7,8%, bem abaixo da média geral de 14,7%. Isso é decorrente da crise financeira que atinge grande parte do setor sucroenergético. “As terras mais valorizadas ficaram em áreas de produção marginal, sobretudo em regiões em que há disputa com outros perfis de uso do solo (Agriannual, 2015, p. 43). Não há previsão de grandes valorizações nem de retração dos preços, somente em raros casos em que a especulação imobiliária, por exemplo, está presente. O atraso nos pagamentos aos produtores de cana e contratos de arrendamentos de usinas no país tem gerado um impacto negativo sobre o mercado de terras, o que leva a uma redução do ritmo de valorização das terras ocupadas com cana-de-açúcar. Segundo o Anuário da Agricultura Brasileira de 2016, as regiões com maiores concentrações de usinas e baixa oferta de terras, como o caso de Ribeirão Preto (SP), teve registro de altas nos últimos meses. “Manter a posse do ativo terra ainda é visto com uma posição mais segura do que outros investimentos, principalmente no mercado financeiro” (Agriannual, 2016, p. 34).

Nos anos seguintes (2015 e 2016), o mercado de terras se manteve estagnado, porém, o preço das terras se mantiveram em alta no Brasil. Nas regiões Sul e Sudeste, próximas aos portos e centros de consumo, o preço das terras de alto potencial produtivo tem aumentado (Agriannual, 2016, p. 33). Na tabela 2 podemos observar a variação do preço das terras cultivadas com cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. De 2011 a 2016 houve um aumento de mais de 80% em quase todas as áreas descritas.

É notável que o cultivo da cana na região gerou um aumento no preço das terras, mesmo que no período de crise financeira esse aumento esteve retraído, porém, a produção de grãos, sobretudo soja e milho, e áreas de pastagens as principais responsáveis por elevar o valor das terras mineiras.

Região/ Município	Capacidade de produção	Unidade	2011	2015	2016	Δ16/11	Δ16/15
Água Comprida	Média	90 t cana/ha	13.083	24.000	24.000	83,4%	0,0%
Conceição das Alagoas	Média	95 t cana/ha	13.083	24.000	24.000	83,4%	0,0%
Ituiutaba*	Alta	80 t cana/ha	9.417	16.500	17.500	85,8%	6,1%
Ituiutaba**	Baixa	60 t cana/ha	7.367	13.000	13.000	76,5%	0,0%
Uberaba	Média	95 t cana/ha	12.200	23.417	23.000	88,5%	-1,8%

* Área plana/Solo argiloso

** Solo arenoso

Fonte: Anuário da Agricultura Brasileira, 2017.

Org.: CAMPOS, N. L., 2018.

O processo de internacionalização das atividades agrícolas com a presença de transnacionais contribuiu para o aumento da produção de diversas *commodities*. O investindo de capital e tecnologia no setor sucroenergético por parte dessas empresas, por exemplo, desde o início da década de 2000, fez com que diversas usinas no país sentissem menos os efeitos da crise e contribuiu com a expansão canavieira. Assim, podemos afirmar que o interesse internacional por *commodities* têm provocado um aumento dos preços das terras na região e no Brasil e conseqüentemente acirrado as disputas territoriais, afetando as políticas fundiárias brasileiras.

5. Considerações finais

O agronegócio canavieiro é uma atividade consolidada no país e em vista disto, o Estado está sempre presente garantido sua manutenção de forma direta ou indireta. O início de século (XXI) foi marcado pela expansão dos grupos estrangeiros e consolidação do capital financeiro voltado à uma produção agrícola mundial. Vimos que o capital estrangeiro no setor sucroenergético mineiro encontrou facilidade em adentrar no país num momento de fragilidade e crise financeira. Com isso, tem provocado uma série de efeitos no país. O agronegócio brasileiro que presenciamos atualmente é marcado pela integração de capitais (nacional e internacional) e a incorporação de grupos estrangeiros que ameaçam a soberania da política agrícola do país. Podemos destacar que a transferência do centro de decisão econômico gera uma desnacionalização excessiva do sistema produtivo nacional, sendo esse um dos argumentos contrário ao capital internacional.

Há ainda o interesse global por terras, que associado à demanda mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas e à valorização dessas no mercado internacional, têm provocado uma elevação dos preços. Não é necessariamente de interesse das empresas transnacionais a aquisição de terras. Elas atuam fornecendo os insumos, as sementes, o adubo, as máquinas, o dinheiro e cabe ao proprietário da terra realizar a produção de acordo com a lógica do capital internacional que controla o mercado. Do outro lado, exigem que o produtor entregue a produção e impõem o preço do produto. Além dos impactos no preço da terra, a produção de agrocombustíveis, dá maneira como ocorre, ameaça à biodiversidade, entre outras consequências negativas a população.

Os capitais internacionais e financeiros, associados às transnacionais e a grandes proprietários de terras dominam a agricultura no Brasil e impõem um modelo altamente tecnológico na produção, trazendo prejuízos aos pequenos produtores. Por consequência, o que se verifica é uma forte influência do capital monopolista internacional, o que faz necessário refletir sobre os riscos do capital estrangeiro na economia, pois quando se privilegia a internacionalização, pode-se contribuir com o enfraquecimento e desaparecimento do capital e da empresa brasileira.

Referências

- AFES. Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade. **Diagnóstico de Impactos de grandes projetos em direitos humanos** – Estudo de caso sobre a cana-de-açúcar (agronegócio/agroecologia) no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais. Coordenador: Frei Rodrigo de Castro Amedée Péret. Uberlândia, 2009.
- ANUÁRIO da Agricultura Brasileira. **Agrianual**. São Paulo, 2015.
- ANUÁRIO da Agricultura Brasileira. **Agrianual**. São Paulo, 2016.
- ANUÁRIO da Agricultura Brasileira. **Agrianual**. São Paulo, 2017.
- ANDRADE, M. C. Espaço e tempo na agroindústria canvieira de Pernambuco. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, nº 43, p. 267-280, 2001.
- BENETTI, M. D. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 1-12, 2008.
- BORGES, A. C. G. Desembolsos do BNDES para o setor sucroenergético no estado de Goiás. **Campo-Território**. Uberlândia, v. 10, nº 20, p. 88-113, 2015.
- BORGES, A. C. G; COSTA, V. M. H. M. Fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro pós desregulamentação. In: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais...** Salvador, 2009.
- BRAY, S. C. Agricultura energética. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, IV, 1983, Uberlândia. **Anais...** Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/enga1983>>.
- CAMPOS, N. L., **Redes do agronegócio canvieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2014.
- CLEPS JUNIOR, J. Políticas de produção e expansão de agrocombustíveis no Brasil e os efeitos nas áreas de Cerrados de Minas Gerais. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** Havana: Cuba, 2015.
- DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- DIREITOS humanos no Brasil 2012: **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2012.

GOES, T.; MARRA, R. **2009-2010 – Setor sucroenergético frente a crise mundial**. EMBRAPA, 2009. Disponível em: <<www.embrapa.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GUIMARÃES, S. P. Capital nacional e capital estrangeiro. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 39, vol. 14, maio-ago., 2000.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 02 out. 2018.

MACÊDO, F. S. **A reestruturação do setor sucroenergético no Brasil**: uma análise do período entre 2005 e 2011. 2011, 71 f. Dissertação (Escola de Economia de São Paulo) –FGV, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, A. M. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 611 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, UNESP/Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, G. T. V. **O setor alcooleiro: da rígida intervenção ao processo de regulamentação**. 2007. 85 f. Monografia. Departamento de Ciências econômicas, UFSC/ Florianópolis, 2007.

PEREIRA, M. F. V. Estado e mercado na definição de uma região agrícola moderna: processos e consequências no Triângulo Mineiro. In: RAMOS FILHO, E. S.; PEREIRA, M. F. V.; SANTOS, J. L.; CLEPS, G. D. G.; ANDRADE, V. C. (Orgs.). **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 67-86.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/ Minas Gerais**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – IGCE/UNESP, Rio Claro, 1988.

SANTOS, H. F. **Competitividade regional do setor sucroenergético na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**: agricultura científica globalizada e implicações socioambientais no município de Uberaba – MG. 2017. 286 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Unicamp/Campinas, 2017.

SAUER, S. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 3, 2012.

Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais – **SIAMIG**. Disponível em: <<http://www.siamig.org.br/>>. Acesso em 2017/2018.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, nº 5, p. 57-79, 1991.

TERRAS em Minas Gerais encareceram até 42% em 2013. **RuralBR**. 29 dez. 2013. Disponível em <www.ruralbr.com.br>. Acesso em 10 fev. 2014.

VEIGA FILHO, A. A.; RAMOS, P. **Proálcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar**. Informações Econômicas, São Paulo, n. 7, jul. 2006, p. 48-61.

VENCOVSKY, V. P. Setor sucroenergético: a emergência de um novo período. In: BENRARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2013. p. 51-62.

XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canavieiro. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**, São Paulo, 2012.

camposnatalialorena@gmail.com

jcleps@ufu.br

Sobre os autores

Natália Lorena Campos: Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2010 e 2011). Possui Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2014) e atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Bolsista CAPES. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT) e do Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) desde 2007, desenvolvido no Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando nos seguintes temas: Agronegócio, Agrocombustíveis, Cana-de-açúcar, Reforma Agrária, Campesinato e Movimentos Sociais.

João Cleps Junior: Graduado em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente (1984) e Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Rio Claro. Atualmente é professor Titular do Instituto de Geografia. Coordena o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) e o Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NEAT. É coordenador da Pesquisa DATALUTA em Minas Gerais desde 2005. É editor do periódico Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Pesquisador Mineiro - Nível A (2015-2017). Atua na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária e Geografia Econômica, com pesquisas nos seguintes temas: Reforma Agrária; Agricultura e Meio Ambiente; Produção Camponesa e Agronegócio.

